



PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de Moju, por ordem do Ordenador de Despesa e, no uso de suas funções, vem proceder a aberturado presente processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para contratação de pessoa jurídica para a **Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Em Licitação Com Análise e Acompanhamento de Processos Licitatórios, Para Serem Realizados Junto Ao Poder Legislativo.**

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A inexigibilidade de licitação tem como fundamento o artigo 25, inciso II, da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores onde se diz:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a contratação do objeto do presente processo, pela necessidade emergente da contratação de pessoa jurídica para a **Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Em Licitação Com Análise e Acompanhamento de Processos Licitatórios, Para Serem Realizados Junto Ao Poder Legislativo.**

RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha recaiu a favor da firma **SR ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA - EPP, CNPJ: 44.525.379/0001-29**, pessoa jurídica de Direito Privado muito atuante na área no Estado do Pará, com vasta experiência, consoante atestado de capacidade técnica e demais documentos pertinentes enviados com a proposta da respectiva firma, em anexo.

Desta forma, nos termos do Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a licitação é INEXIGIDA.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço a ser ajustado pelos serviços disponibilizados à câmara municipal é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** mensais, perfazendo o total de **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, pela contratação por 12 (doze) meses, estando o mesmo compatível com o praticado no mercado.

Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica, a fim de que emita parecer conclusivo a respeito da legalidade do procedimento, documentos da Pessoa Jurídica a ser contratada e sobre a minuta de contrato em anexo.

Moju-PA, 05 de Janeiro de 2022.

Maria do Socorro de Souza Lima
Presidente da CPL